



RESOLUÇÃO STRANS - nº 001 de 11 de janeiro de 2018

Disciplina o cadastramento / recadastramento de estudantes de ensino no Município de Mauá para aquisição do passe Escolar.

João Eduardo Gaspar, Secretário de Transportes do Município de Mauá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.765, de 10 de julho de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Para usufruir da gratuidade no transporte, os estudantes deverão realizar seu cadastramento prévio por meio do aplicativo nas versões Android ou IOS disponível no site da CITTAMOBIL (www.cittamobi.com.br) e na Play Store do Google ou pessoalmente a partir do mês de janeiro do ano letivo vigente, observando-se os requisitos e as condições estabelecidas por esta Resolução, que também se aplicam ao recadastramento;

I – De 15 de Janeiro a 01 de Novembro de 2018;

§ 1º Serão cadastrados apenas:

I – os alunos regularmente matriculados em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC, do Ensino Fundamental, Médio, Superior e de Suplência, públicos e privados;

II – os alunos matriculados em cursos profissionalizantes e cursos técnicos reconhecidos oficialmente pelo MEC, ou ministrados pelo SENAI e SENAC;

III – os alunos da Educação para Jovens e Adultos – EJA;

IV – os alunos do curso municipal, preparatório para ingresso na UFABC;

V – os alunos do PRONATEC – Instituto Federal;

VI – os alunos do VENCE – Governo do Estado de São Paulo.

§ 2º Alunos do EJA e de Cursos a Distância (EAD), deverão fazer constar na Declaração Escolar os dias específicos em que ocorrem aulas presenciais;

§ 3º Somente farão jus ao benefício da gratuidade os estudantes que enquadrados nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, residam a uma distância



mínima de 2.000 (dois mil) metros ou mais, do estabelecimento de ensino, ressalvados os casos excepcionais que serão avaliados individualmente em função de dificuldade de acesso à localidade desprovida de infraestrutura e/ou em função de necessidades especiais.

§ 4º O benefício da gratuidade será de uso exclusivo do aluno cadastrado, exercido com o cartão escolar e permitido apenas nas linhas que realizam o percurso de ida e volta entre a residência e a instituição de ensino nos horários de aula especificados no cadastro.

§ 5º O benefício da gratuidade será concedido aos alunos que residam no município de Mauá.

Art. 2º Os créditos eletrônicos gratuitos serão concedidos aos estudantes, através do cartão do passe escolar, em quantidade suficiente para garantir a necessidade, devidamente comprovada, de locomoção diária de ida e volta ao estabelecimento de ensino, nos dias letivos e horários de aula de cada mês, no transporte coletivo municipal, ainda que seja necessária a utilização de mais de uma linha municipal.

§ 1º O cartão do passe escolar não poderá ser utilizado aos domingos, feriados e nos períodos de recesso ou férias escolares, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 2º deste artigo.

§ 2º Somente será permitida a utilização do cartão do passe escolar em períodos de recesso e férias quando oficialmente a rede pública de ensino determinar a reposição de aulas.

Art. 3º O cadastramento/recadastramento dos alunos será feito por meio do aplicativo nas versões Android ou IOS disponível no site da CITTAMOBIL (www.cittamobi.com.br) e na Play Store do Google ou pessoalmente realizado na Loja SIM, localizada no térreo do Centro de Formação de Professores Miguel Arraes, sito a Praça 22 de Novembro, Centro, Mauá/SP, de segunda a sexta-feira, das 8:00 horas às 18:00 horas, mediante a apresentação e entrega dos seguintes documentos:

- I – documento de identidade original;
- II – cadastro de pessoa física – CPF;
- III – atestado de matrícula ou Declaração escolar original.



IV – comprovante de residência (luz, água, telefone, gás, correspondência bancária) em nome do beneficiário, dos pais, responsáveis legais ou cônjuge ou Contrato de Locação Original com firma reconhecida do Locatário;

V – solicitação de cadastro e de cota escolar, obtidos através do site da Prefeitura Municipal de Mauá (www.maua.sp.gov.br), devidamente impressos e assinados pelo requerente e assinados e carimbados pelo estabelecimento de ensino.

§ 1º No primeiro cadastramento a entrega dos documentos referidos no caput deste artigo deverá ser feita pessoalmente pelo aluno, ou por meio do aplicativo nas versões Android ou IOS disponível no site da CITTAMOBIL (www.cittamobi.com.br) e na Play Store do Google.

§ 2º A solicitação de cadastro e cota escolar não serão aceitas, ou poderão ser canceladas caso apresente rasuras, preenchimento ilegível, incompleto ou informações incorretas, bem como, se ausentes os documentos originais necessários para a concessão do benefício.

Art. 4º Após estar devidamente cadastrado, o aluno deverá requisitar os créditos eletrônicos gratuitos mensalmente, na Loja SIM e pontos de recarga disponíveis na empresa gestora de créditos.

§ 1º A requisição e concessão dos créditos gratuitos serão realizados apenas durante o período letivo, de acordo com o calendário oficial e, tratando-se de cursos profissionalizantes, cursos técnicos, ou cursos do SENAI e SENAC, apenas no período de duração do curso.

§ 2º Para concessão do crédito eletrônico gratuito deverá o aluno obrigatoriamente apresentar um atestado de matrícula, na seguinte periodicidade:

I – semestralmente, se aluno de escolas e faculdades privadas;

II – anualmente, se estudantes de escolas públicas;

III – a cada término do período letivo previsto no atestado de matrícula anteriormente apresentado, se estudante de faculdade pública, curso técnico, curso profissionalizante ou curso do SENAI ou SENAC.

Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Transportes a alterar os procedimentos do cadastramento/recadastramento e requisição de créditos eletrônicos, inclusive quanto aos documentos necessários, através de resolução.



Art. 6º Para os cadastrados será emitido um cartão eletrônico que dá direito ao passe escolar.

§ 1º O cartão de passe escolar eventualmente utilizado no ano anterior deve ser mantido em posse do requerente e apresentado sempre que solicitado, especialmente na ocasião do recadastramento.

§ 2º A concessão de segunda via do cartão será feita mediante o pagamento do valor de 10 (dez) tarifas vigentes, exceto em caso de roubo, comprovado através de Boletim de Ocorrência Policial.

§ 3º A transferência de créditos eletrônicos gratuitos será permitida na hipótese de solicitação de segunda via em virtude de perda, roubo, furto ou dano, mas a empresa que opera o sistema não poderá ser responsabilizada pela utilização indevida de tais créditos por terceiros até o momento em que o usuário comunicar a perda, roubo, furto ou dano à empresa que comercializa o cartão eletrônico.

§ 4º Para a retirada do cartão, deverá o beneficiário cientificar-se das condições estabelecidas para a utilização, e, caso não se oponha a elas, assinar o “Termo de Recebimento e Uso do Cartão”.

Art. 7º Os créditos eletrônicos de acesso do cartão de passe escolar serão concedidos e comercializados entre 28 de janeiro e 30 de junho, para o primeiro semestre, e entre 1º de agosto e 30 de novembro, para o segundo semestre.

Parágrafo Único. Para os alunos matriculados em cursos profissionalizantes, serão comercializados créditos de acesso ao passe escolar apenas no período de duração do curso.

Art. 8º A concessão de créditos do cartão passe escolar será efetuada mediante a apresentação do cartão de acesso do passe escolar e da declaração de cota escolar do mês devidamente carimbada e assinada pela instituição de ensino.

Art. 9º Os créditos de acesso ao passe escolar poderão ser adquiridos somente após 28 (vinte e oito) dias contados a partir da última compra, sendo que os créditos mensais serão adquiridos até o limite máximo especificado para cada aluno de forma não cumulativa, sem a suplementação de créditos, de períodos anteriores, não utilizados.



Art. 10º O cartão do passe escolar será concedido ao usuário em caráter pessoal e intransferível, que se obriga conservá-lo em perfeito estado de funcionamento, sendo vetada a sua utilização por terceiros ou a comercialização dos créditos eletrônicos gratuitos nele carregados.

Art. 11º O uso indevido do cartão do passe escolar implicará no bloqueio imediato e as seguintes penalidades:

§ 1º A cada ocorrência:

I – primeira ocorrência: suspensão do benefício por 30 (trinta) dias e pagamento de valor correspondente à segunda via;

II – reincidência: suspensão por 1 (um) ano da utilização do benefício;

III – nova reincidência: perda definitiva do benefício no Sistema de Transporte Público Municipal.

§ 2º No caso de 3 (três) solicitações de segundas vias por perda, o beneficiário também terá seu cartão suspenso.

At. 12º Constatado o uso indevido do cartão, a concessionária deverá efetuar o bloqueio do mesmo e informar por escrito à Secretaria de Transportes, juntando todos os relatórios operacionais e da fiscalização que comprovem o uso indevido.

§ 1º O beneficiário do cartão de passe escolar será notificado da irregularidade cometida e terá direito à ampla defesa, através de recurso administrativo dirigido ao Secretário de Transportes, na sede da Secretaria, localizada na Praça 22 de Novembro, s/nº, no Centro de Formação de Professores Miguel Arraes, piso PB, de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, no prazo de 10 (dez) dias após sua notificação.

§ 2º Não sendo apresentado o recurso ou no caso de indeferimento do recurso, o Secretário aplicará a penalidade cabível, notificando o beneficiário e a empresa concessionária de sua decisão.

§ 3º No caso de deferimento do recurso, o beneficiário e a empresa concessionária serão notificados da decisão, devendo o beneficiário comparecer à Loja SIM para efetuar o desbloqueio do cartão.



§ 4º Decorridos os prazos de suspensão, por uso indevido do cartão, conforme o caso, o beneficiário deverá comparecer ao posto de atendimento da concessionária para solicitar o desbloqueio, ocasião que será cobrada 10 (dez) tarifas integrais vigentes.

Art. 13º Na eventual perda, furto ou roubo do cartão de acesso ao passe escolar, deverá o beneficiário comunicar imediatamente o fato à Loja SIM, pelos canais de comunicação disponibilizados oportunamente e pelo site: www.busfacil.net.br.

Art. 14º É facultada à Secretaria de Transportes realizar diligências, quando julgar necessárias, para o fim de constatar a veracidade das informações prestadas e documentos apresentados pelo requerente.

Art. 15º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução 001/2017 e demais disposições em contrário.

Mauá, 11 de janeiro de 2.018.

João Eduardo Gaspar

Secretário de Transportes